

## ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

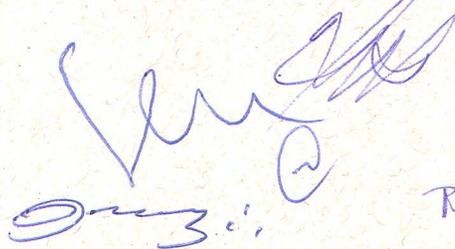
01 Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, no auditório da Secretaria  
02 do Planejamento – SEPLAN, Sr. Belizário Franco Neto, Secretário Executivo, informa que  
03 o Presidente e Vice-Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH foram  
04 convocados de última hora pelo Governador, e consulta a não objeção dos Conselheiros  
05 presentes para iniciar com as duas apresentações sugeridas na pauta. Estão presentes os  
06 Conselheiros: Corombert Leão de Oliveira da Secretaria da Agricultura, Pecuária e  
07 Abastecimento; José de Ribamar Rocha Costa da Secretaria da Fazenda; Paulo Henrique  
08 Cattini da Secretaria da Infraestrutura; Rodrigo Sabino Teixeira Borges da Secretaria do  
09 Planejamento; Sérgio Luís de Oliveira e Silva e Marcus Roberto Ferreira Couto da  
10 Secretaria de Saúde; Frederico Cezar Abinader Dutra da Procuradoria-Geral do Estado;  
11 Alan Moraes de Paula da Agência de Desenvolvimento Turístico; Bruno Machado Carneiro  
12 e Marcos Antonio Oster do Ministério Público Estadual; Joseano Carvalho Dourado da  
13 Comunidade Científica; Raimundo Nonato da Silva Machado da Companhia de  
14 Saneamento do Tocantins; Tarlis Junqueira Caleman e Flávia Oliveira dos Santos da  
15 Administração das Hidrovias do Araguaia e Tocantins –AHITAR; Lúcia Leiko Tacaoca  
16 Muraishi Garcia das ONGs ambientalistas. Representante da Indústria e Comércio Vilmar  
17 C. Wanderley e Henrique Pereira de Oliveira representando o Naturatins. Não havendo  
18 objeção o Secretário Executivo convida o Coordenador de Recursos Hídricos da Secretaria  
19 de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Aldo Araújo, para proferir apresentação sobre o  
20 Plano Estadual de Recursos Hídricos. Aldo (SRHMA) informa que o plano é um dos  
21 instrumentos do planejamento estratégico, talvez o mais importante da nossa Política  
22 Estadual de Recursos Hídricos, porque esse plano viabilizará a gestão propriamente dita  
23 dos recursos hídricos, pois ele visa integrar todos os setores usuários de água com a gestão  
24 dos recursos hídricos, então é muito importante para que a gestão aconteça em nível de  
25 gestão de bacia hidrográfica. Informa ainda que sua finalização está prevista para agosto de  
26 2010 e então poderemos identificar as bacias que tem conflitos na gestão dos recursos  
27 hídricos e aquelas que porventura terão. É feita a apresentação dos trabalhos já realizados  
28 do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Aldo (SRHMA) finaliza a apresentação  
29 informando que todo o material está disponível na página da Secretaria  
30 ([www.recursoshidricos.to.gov.br](http://www.recursoshidricos.to.gov.br)), informa ainda que o Plano será validado por esse  
31 Conselho e posteriormente decreto do Governador. Belizário agradece e diz que esse plano  
32 para os da área de recursos hídricos é muito importante, pois a água além de ser um bem  
33 público é também o insumo para a geração de energia elétrica, agricultura irrigada, turismo  
34 entre outros. Seguindo a pauta convida o Professor Dr. Waldir Duarte Costa, coordenador  
35 do Mapeamento Hidrogeológico da Região Sudeste, pois o Tocantins tem intenção de usar  
36 suas águas subterrâneas e por isso estamos elaborando o mapeamento daquela região que  
37 tem problemas sérios de estiagem. Explica ainda, que o professor representa o consórcio  
38 Costa/BRGM, um consórcio internacional franco brasileiro. É dada a palavra ao Professor  
39 Waldir que dá bom dia a todos e diz que gostaria de fazer uma homenagem póstuma ao  
40 colega Geólogo Luis Siqueira que faleceu ontem, informa que seu último trabalho estava  
41 sendo feito aqui no Tocantins. O Professor Waldir solicita um minuto de silêncio. Dando  
42 prosseguimento informa que este trabalho vem sendo realizado desde agosto de 2009 e tem



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Corombert, Aldo, and others.

43 como objetivo levantar, analisar e mapear as águas subterrâneas da região sudeste, que  
44 corresponde a 40% da área do Estado do Tocantins. Faz apresentação da equipe de trabalho  
45 e explana os trabalhos realizados até o momento. Belizário agradece a apresentação do  
46 Professor Waldir e os sentimentos pela perda do amigo. E dando prosseguimento o  
47 Secretário Executivo convida o Presidente do CERH Clemente Barros Neto, para assumir a  
48 presidência da mesa. O Presidente faz a abertura da 11ª Reunião Ordinária e pede desculpas  
49 pelo atraso, devido a convocação do Governador, dá as boas vindas a todos os conselheiros  
50 e palestrantes e passa a palavra ao Secretário Executivo que explica que já tivemos as  
51 palestras e que agora passaremos aos trabalhos. Passou à leitura da pauta: 1. abertura; 2.  
52 ordem do dia (i) apresentações: do Plano Estadual de Recursos Hídricos, Mapeamento  
53 Hidrogeológico da Região Sudeste, (ii) posse dos conselheiros, (iii) análise e aprovação do  
54 Calendário de Reuniões Ordinárias para o Ano de 2010, (iv) Ata da 10ª Reunião Ordinária,  
55 (v) renovação das Câmaras Técnicas: de procedimentos de outorga e ações reguladoras, de  
56 assuntos jurídicos, do Plano Estadual de Recursos Hídricos; (vi) minuta de Resolução para  
57 criação da Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas; (vii) apresentação de  
58 Parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos sobre a criação do Comitê das Bacias  
59 Hidrográficas dos rios Lontra e Corda e Manuel Alves; (viii) apresentação de proposta de  
60 Regimento Interno; 3. Palavra livre; 4. Encerramento. Em seguida solicita a permissão do  
61 Presidente para fazer a leitura do Ato de Nomeação nº 1.887 – DSG, de 10 de março de  
62 2010, que nomeia os Conselheiros titulares e suplentes desse Conselho, após a leitura é  
63 passada a palavra ao Presidente que informa que a maioria dos conselheiros está presente e  
64 que os declara empossados. O Secretário Executivo passa para o item (iii) da pauta:  
65 aprovação do calendário de reuniões. É proposto pela mesa para 12ª reunião ordinária para  
66 09/09/2010 e a 13ª para 01/12/2010. O Conselheiro Alan (ADTUR) sugere alterar a data da  
67 12ª reunião devido ao feriado de 7 de setembro e 8 que também é feriado no Estado. O  
68 Presidente solicita manifestação da plenária que concorda em alterar a data para 13 de  
69 setembro de 2010 para 12ª Reunião Ordinária e fica aprovado o calendário com a sugestão  
70 proposta. Belizário segue para o próximo item da pauta: (v) renovação das Câmaras  
71 Técnicas Permanentes. Informa que temos três câmaras criadas que são de procedimentos  
72 de outorga e ações reguladoras, de assuntos jurídicos, do Plano Estadual de Recursos  
73 Hídricos e que seguindo o exemplo do Coema, seria prudente ter um representante da  
74 Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente e do Instituto Natureza do Tocantins,  
75 inclusive para dar uma funcionalidade e movimentação nas CTs. E solicita a aprovação do  
76 plenário para adoção desse princípio. Não houve objeção. Belizário informa que seguindo o  
77 Regimento Interno – RI está previsto para composição das CTs três representantes no  
78 mínimo e cinco no máximo, mas que na nova proposta de RI esse número passará a cinco e  
79 sete respectivamente. E solicita elegermos de acordo com o RI anterior, mas com dois  
80 suplentes, caso o novo RI venha a ser aprovado nessa reunião esses automaticamente  
81 passariam a titular. O Secretário Executivo passa para a composição da CT de  
82 Procedimentos de Outorga e Ações Reguladoras e informa que uma das cadeiras deve  
83 pertencer ao Naturatins, pois é o órgão licenciador e solicita manifestação dos conselheiros.  
84 Os candidatos são: SRHMA, NATURATINS, SEAGRO, MPE, SANEATINS, SEPLAN e  
85 Comunidade Científica. Fica assim composta, sendo que os dois últimos candidatos estão  
86 na suplência. Passa-se então para a CT de Assuntos Jurídicos e Belizário solicita que os  
87 representantes devem ser da área jurídica, e que os conselheiros podem indicar  
88 representante. Os candidatos são: SRHMA, Naturatins, Indústria e Comércio, PGE e MPE.  
89 Não houve mais manifestações para a suplência. Passa-se então para a CT do Plano



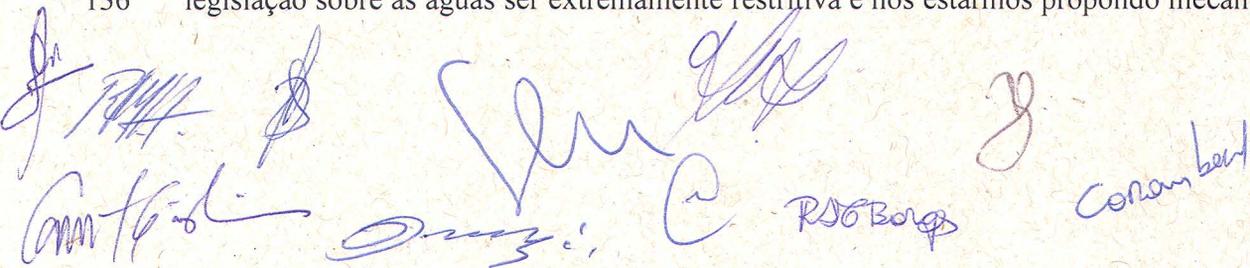


RDBBorgs



Coram bene

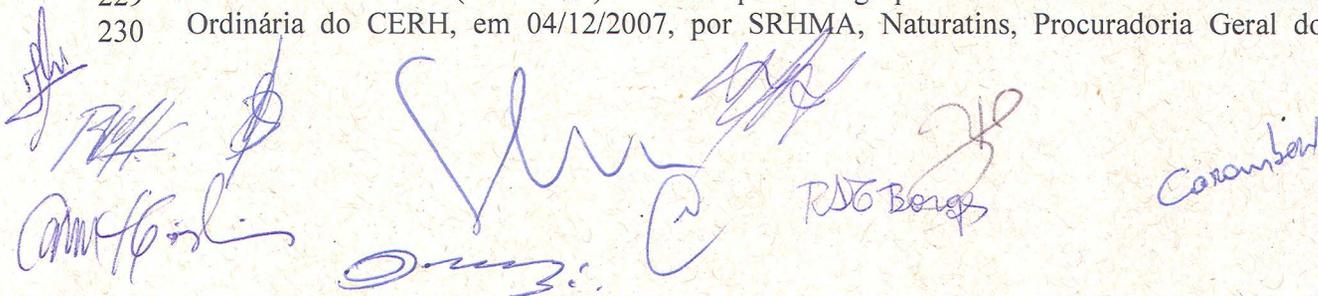
90 Estadual de Recursos Hídricos, os candidatos são: SRHMA, Naturatins, Secretária da  
91 Saúde, SEAGRO, MPE, ADTUR, ONG, sendo que os dois últimos candidatos estão na  
92 suplência. O Secretário Executivo dar prosseguimento informando da proposta de criação  
93 da Câmara Técnica Permanente de Águas Subterrâneas e solicita a Coordenadora de  
94 Hidrometeorologia e Mudanças Climáticas da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio  
95 Ambiente Dalvany Sousa para defender a matéria. O Conselheiro Alan (A dtur) solicita a  
96 leitura das composições das CTs. Ediclea (SRHMA) faz a leitura da composição das CTs.  
97 O Sr. Gilmar (Secretaria da Indústria e Comércio - SIC) solicita a palavra e pede desculpas  
98 pelo atraso e diz que está representando o Conselheiro Félix que foi aposentado e explana  
99 que a SIC tem interesse em participar da **CT de procedimentos de Outorga e Ações**  
100 **Reguladoras**. O Conselheiro Rodrigo (SEPLAN) diz que sede a vaga da SEPLAN para a  
101 SIC. E a CT fica assim composta: **SRHMA, Naturatins, SEAGRO, MPE, SANEATINS,**  
102 **Secretaria de Indústria e Comércio e Comunidade Científica. A CT de Assuntos**  
103 **Jurídicos: SRHMA, Naturatins, Indústria e Comércio, PGE e MPE. A do Plano**  
104 **Estadual de Recursos Hídricos: SRHMA, Naturatins, Secretária da Saúde, SEAGRO,**  
105 **MPE, ADTUR, ONG.** É passada a palavra para Dalvany (SRHMA) que expõe que o Estado  
106 tem realizado poucas discussões com relação ao tema águas subterrâneas, mas somos  
107 privilegiados porque temos a Lei 1.307 da Política Estadual de Recursos Hídricos, que  
108 integra as águas superficiais e subterrâneas e já temos elaborado alguns planos de bacias  
109 hidrográficas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos que está em fase final de elaboração e  
110 o primeiro mapeamento hidrogeológico da região Sudeste e tendo em vista todas essas  
111 preocupações e também o potencial que o Estado tem com relação às águas subterrâneas é  
112 que se propõe a criação dessa CT que irá discutir e propor mecanismos legais, para se  
113 desenvolver planos, projetos e ações que vierem a ser necessário nessa região. E explica  
114 que semana passada tivemos o primeiro Seminário de Águas Subterrâneas, com a presença  
115 de participantes de vários estados, onde foi apresentado e discutido as ações que estão  
116 sendo desenvolvidas a nível nacional e de estado. Um dos focos discutidos nesse seminário  
117 foi o Aquífero Urucuia, que divide seis estados do qual o Tocantins faz parte, esse aquífero  
118 tem uma área de 125 mil km<sup>2</sup>, então o Tocantins tem a preocupação de desenvolver ações e  
119 programa com relação as águas subterrâneas, para conservação e preservação desse  
120 aquífero, e explica que a Bahia já usa parte dessas águas principalmente para agricultura e  
121 isso nos preocupa porque pudemos perceber que nos projetos agrícolas baianos tem uma  
122 grande quantidade de pivôs e isso futuramente poderá gerar um conflito, porque o  
123 Tocantins também vai querer utilizar essa água, por isso a criação dessa Câmara irá  
124 proporcionar a discussão e proposição de mecanismos legais. O Presidente Clemente  
125 Barros esclarece que a SRHMA já tem alguns trabalhos realizados e que estes terão  
126 subsídios para discussão nessa câmara técnica e solicita a manifestação dos Conselheiros. O  
127 representante da SIC (Gilmar) diz que a Secretaria da Indústria e Comércio tem experiência  
128 de mais de 10 anos quanto as questões do ponto de vista legal, resultantes como restritivas  
129 do que de fomento e oportunidade ao nosso desenvolvimento e diz que a Minuta de  
130 Resolução é muito oportuna e entende que poderia sugerir algum considerando com  
131 conotação e possibilidade de fomento, incentivo e oportunidade. E diz ainda que com  
132 relação a instalação de empresas no Estado, deveríamos facilitar o processo pois  
133 concorremos com outros estados que são menos restritivos e fazendo analogia ao uso de  
134 recursos hídricos, acredito que caberia algum considerando que informasse que o Estado  
135 tem a intenção de fomentar o processo de utilização das águas do aquífero, pois além da  
136 legislação sobre as águas ser extremamente restritiva e nós estarmos propondo mecanismos

  
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Am...'. In the center, there is a large, stylized signature that looks like 'C'. To the right of this, there are initials 'RDB' and 'Borg'. Further right, there is a signature that looks like 'Conan' and another one that looks like 'ber'. There are also some other smaller marks and initials scattered around.

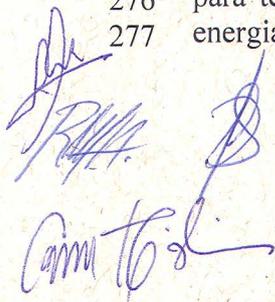
137 institucionais de gestão que é uma abertura e que as demais são mais restritivas, e que um  
138 possível investidor precisa perceber nos mecanismos legais um ponto de apoio, pois como  
139 disse a relatora o outro Estado está utilizando o aquífero e nós também queremos utilizar do  
140 mesmo recurso. O Presidente esclarece ao representante da Indústria e Comércio que a  
141 intenção da CT é no sentido de cuidar da utilização e saber se o vizinho Estado da Bahia  
142 está utilizando adequadamente e se eles tem legislação pertinente. Não discordo da  
143 sugestão, mas a preocupação hoje da Secretaria é com a preservação e utilização adequada.  
144 O Secretário Executivo complementa o Presidente dizendo que no momento que se cuida,  
145 estamos falando tanto em qualidade quanto em quantidade e no momento em que se  
146 disponibiliza a quantidade não deixa de ser um fomento, ou seja, tem água disponível para  
147 utilização porque ela passa a ser um insumo, mas vamos submeter ao plenário, que creio  
148 que o Conselho não tem a função de fomentar, mas de proteger para disponibilizá-la para os  
149 diversos usos. Dalvany (SRHMA) explica que a própria política de Recursos Hídricos  
150 estabelece que o uso das águas subterrâneas poderá ser desenvolvida, mas que a proposta  
151 de criação dessa CT é estabelecer os programas e ações necessárias de acordo com a  
152 política, por isso foi contemplado de forma geral, mas que não podemos esquecer que a  
153 política estabelece que o uso pode ser efetivado, mas que tem algumas áreas de acordo com  
154 estudos que estão sendo elaborados, que são restritas por haver área de recarga dos  
155 aquíferos. Belizário solicita a manifestação dos conselheiros que aprova por unanimidade.  
156 E passa-se para a composição da câmara, os candidatos são: **SRHMA, Saneatins,**  
157 **Comunidade Científica, ONG, Naturatins, Indústria e Comércio e MPE.** Não havendo  
158 mais candidatos a CT de Águas Subterrâneas ficou assim composta, sendo que os dois  
159 últimos candidatos estão na suplência. O Secretário Executivo segue a pauta para o item  
160 (viii) parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos – CTAJ sobre a criação do Comitê  
161 das Bacias Hidrográficas Lontra e Corda e Manuel Alves e convida o Assessor Jurídico do  
162 Naturatins Hércules Jackson para expor os pareceres. Hércules (Naturatins) inicia dizendo  
163 que é interessante fazer um histórico inicial desse processo, devido a posse de novos  
164 conselheiros. Diz que o parecer foi especificamente sobre o reconhecimento das Comissões  
165 Pró-Comitê das Bacias Hidrográficas Lontra e Corda e Manuel Alves, instituída em 2004, e  
166 bem antes da edição da Resolução CERH nº 05/05, posteriormente após a edição instituiu-  
167 se várias diretrizes para aprovação dessa comissão e ainda assim não tinha instituído a  
168 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que acredito foi em 2006, então temos 6 anos desse  
169 pedido junto ao Conselho e até o momento não foi reconhecida tendo em vista esses  
170 percalços. A última reunião da CTAJ foi em julho de 2009, onde foi solicitado pela  
171 Secretaria Executiva verificar os pressupostos formais de constituição válida dessa  
172 comissão. Faz a leitura do Art. 4º da Resolução 05/05. Primeiro vamos analisar o **Parecer**  
173 **nº 01/09, dos rios Lontra e Corda. Ponto 1:** solicita a Caracterização dos atores dos  
174 diversos segmentos existentes na bacia, no que tem atuação com uso, proteção e  
175 conservação dos recursos hídricos, mediante descrição de suas atividades com relação à  
176 proteção e conservação dos recursos hídricos (Art. 5º, I, "a"). Nesse quesito não foi  
177 atendido o cumprimento dessa normativa. **Ponto 2:** apresentar descrição da situação dos  
178 recursos hídricos na bacia hidrográfica com possíveis conflitos pelo uso da água  
179 (degradação, poluição, alteração da qualidade e quantidade etc.) (Art. 6º, I). E explica que  
180 no primeiro ponto como se trata de uma caracterização dos atores, teria uma facilidade de  
181 promover isso de forma urgente, já o segundo ponto foi discutido bastante, porque se você  
182 não tiver a descrição da situação dos recursos hídricos, dos possíveis conflitos pelo uso da  
183 água, entendemos que perde o objeto de criação desse comitê, porque nós entendemos que

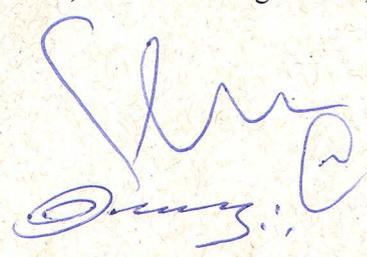
*[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]*  
Comitê  
RDB  
Corumbel

184 não podemos ter a formalidade, o instrumento formal para aprovação de um comitê sem ter  
185 a constatação de eventual degradação, poluição, alteração da qualidade da água e etc, ou  
186 seja, a previsão no Art. 6º, I, não conseguimos identificar nos relatórios e este é de suma  
187 importância, se não o mais importante dos requisitos para que possamos dar  
188 prosseguimento e conseqüentemente aprovar a criação desse Comitê. **Ponto 3:** Apresentar  
189 justificativa da necessidade de reconhecimento da Comissão (Art. 6, III), nesse quesito  
190 como já tinha dispositivos anteriores e são meramente formalidades. **Ponto 4:** Apresentar o  
191 plano de ação com as principais diretrizes para formação do Comitê, bem como a  
192 definição e o planejamento das ações para instituição do mesmo, no qual deverá conter o  
193 cronograma e as metas a serem alcançadas (Art. 5º, II, "b" c/c Art. 6º, V), e informa que o  
194 segundo ponto casado com o quarto é muito importante, pois não podemos formar um  
195 comitê se não tivermos um plano de ação com as principais diretrizes para formação desse  
196 comitê, bem como a definição e o planejamento dessas ações. Como vamos proceder, qual  
197 o propósito x, y ou z? E deve ainda conter o cronograma e as metas a serem alcançadas.  
198 Dessa forma nós entendemos que faltam esses quatro requisitos essenciais para que o  
199 Conselho reconheça essa comissão. Entretanto após a transferência para o Naturatins desse  
200 acompanhamento, a equipe técnica responsável por esses comitês fez um trabalho de  
201 identificação dos problemas no sentido de atender os requisitos exigidos pela Resolução  
202 05/05, para posterior aprovação. Passemos para o **Parecer nº 02/2009 do rio Manuel**  
203 **Alves**, Hércules informa que os problemas identificados foram: **Ponto 1:** identificação dos  
204 atores dos diversos segmentos existentes na bacia e uma breve descrição por parte de  
205 alguns atores da relação das entidades com a água (obs. Ausência da caracterização,  
206 mediante a descrição das atividades da maioria dos atores (entidades) existentes na bacia,  
207 com relação ao uso, proteção e conservação dos recursos hídricos - Art. 5º, I, "a").  
208 **Ponto 2:** Constituição de um grupo de trabalho para planejamento e execução das etapas  
209 de mobilização social (Art. 5º, I, "b"), nesse quesito tem documentos que apresentam  
210 indícios de mobilização, mas em termos formais não foi apresentado a constituição desse  
211 grupo de trabalho no relatório. **Ponto 3:** Solicitação de reconhecimento da Comissão (Art.  
212 5º, II, "c"). Estas são as considerações dos pareceres nº 01 e 02/2009, que será devolvido  
213 para a Secretaria Executiva para as providências cabíveis. O Presidente agradece a Hércules  
214 e solicita as considerações dos Conselheiros sobre os pareceres. Gilmar (SIC) diz que  
215 entende que foi responsavelmente bem apresentado e proativo no sentido de perceber que  
216 existem ações em andamento que vão ensejar oportunidade de aprovação do comitê e  
217 entendo que no momento oportuno com a documentação juntada isso irá ocorrer. O  
218 Presidente esclarece que essa é a orientação a proceder de notificar a Comissão sobre as  
219 pendências identificadas. O Presidente põe em votação e por unanimidade a plenária aprova  
220 os pareceres. O Secretário Executivo passa para o item (viii), proposta do novo Regimento  
221 Interno e solicita a Claudia (Naturatins) para fazer a apresentação dos trabalhos realizados  
222 pelo Grupo de Trabalho. Claudia (Naturatins) dá bom dia a todos e diz que é uma satisfação  
223 está presente nessa reunião e que os trabalhos se iniciaram em 2008, informa que o  
224 regimento anterior era muito simples e resumido e o aprendizado adquirido com a  
225 participação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a vivência em reuniões desse  
226 conselho verificou a necessidade de detalharmos melhor o funcionamento que para nós é a  
227 instância máxima em nível estadual de discussão da política estadual de recursos hídricos e  
228 que os senhores conselheiros são importantes nesse processo de gestão da política  
229 ambiental. Claudia (Naturatins) informa que esse grupo foi constituído na 9ª Reunião  
230 Ordinária do CERH, em 04/12/2007, por SRHMA, Naturatins, Procuradoria Geral do

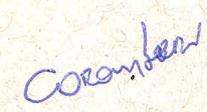
The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'Camilo', a large signature that looks like 'Orlando', a signature that looks like 'RDO Bergs', and a signature that looks like 'Corambim'.

231 Estado, Ministério Público Estadual e Comunidade Científica, onde se reuniram por  
232 diversas vezes, levantados outros regimentos internos, discutidas as dificuldades  
233 encontradas na operacionalização das reuniões do Conselho e chegou-se a essa proposta e  
234 informa que esse está estruturado em três partes: Disposição Preliminar, capítulo I  
235 (competências), capítulo II (organização), capítulo III (disposições finais). E pergunta,  
236 como todos receberam a proposta antecipadamente, se devemos ler artigo, por artigo ou se  
237 devemos pontuar, chama a atenção e diz que na Disposição Preliminar é feita uma  
238 definição do que é o Conselho, diz ainda que antes eram 22 conselheiros e que hoje são 26,  
239 esse aumento ocorreu dada a necessidade de ampliar a participação de outros seguimentos,  
240 dando oportunidade para a sociedade está participando. Informa que esse Conselho foi  
241 criado em 1998 e o grande e importante trabalho realizado foi a formulação da Política  
242 Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 1.307, aprovada em 2002 e frisa que essa  
243 é a instância máxima dentro do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos  
244 e tem um caráter consultivo, normativo e deliberativo, então é uma instância  
245 importantíssima no Estado, e solicita que os Conselheiros não falem às reuniões, estudem  
246 as propostas, pois este é um ambiente de muito aprendizado. Informa ainda que o CERH  
247 está vinculado à Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, que por competência é  
248 a responsável pela formulação e acompanhamento da política. Claudia apresenta a  
249 proposta de Regimento Interno. O Presidente agradece a apresentação e solicita a  
250 manifestação dos Conselheiros. Hércules (Naturatins) diz que tem uma tipificação na  
251 proposta do RI que coloca que a competência do Conselho seria de regulamentar e alterar a  
252 política e sugere retirar ou modificar a nomenclatura para não confundir, tendo em vista a  
253 competência de regulamentação ser do poder executivo, para evitar discussões de  
254 inconstitucionalidade. Acredito que poderia suprimir porque logo abaixo diz que pode  
255 editar resoluções, moções e recomendações. Porque quando se fala em regulamentar  
256 pressupõe-se que tem o valor de decreto. O Sr. Henrique, representante do Presidente do  
257 Naturatins solicita a palavra e disse que gostaria de propor que esse Regimento Interno  
258 fosse encaminhado para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que deveria dar a palavra  
259 final. Por exemplo, na questão que diz que qualquer modificação no RI caberia a 1/5 dos  
260 conselheiros e submetido ao Governador e se uma dessas instituições não quiser mais  
261 participar do CERH? Vai depender de reformulação e aprovação? Acredito que estas  
262 questões poderiam vir através de resoluções, portanto, não precisamos especificar os  
263 representantes no RI. Belizário informa que essas observações colocadas por Henrique  
264 (Naturatins) está prevista na Lei, e se direciona a Hércules (Naturatins) dizendo que  
265 inclusive na Lei 2.097 fala exatamente em deliberar sobre a regulamentação e alteração da  
266 Política Estadual de Recursos Hídricos, ou seja, o Legislativo deu esse poder ao Conselho.  
267 Henrique (Naturatins) diz que existem leis e leis, infelizmente nesse caso ela está em vigor,  
268 mas que pode ser modificada, pois o Regimento deveria ser mais maleável quanto a  
269 composição dos representantes, para que não precisemos reformular para inserir novos  
270 integrantes. Gilmar (SIC) solicita verificação de quórum e Belizário informa que ele não  
271 pode pedir contagem de votos, pois oficialmente ainda não é conselheiro. Gilmar (SIC) diz  
272 que Claudia fez uma apresentação muito apropriada e que usou dois comandos legislativos  
273 que não estão previstos no início das Competências do CERH, a expressão compete, foi  
274 substituída por deliberar, mas que não foi especificada em cada uma das linhas, e pergunta  
275 se legalmente poderia ser feita essa interpretação, porque a lei normalmente é lida literal,  
276 para ter efeito mais claro e evitar dúvidas. Outra questão é quanto a concessionária de  
277 energia elétrica, temos uma geradora, outra distribuidora e outra que comercializa os

  
Camilo

  
Omar

  
RSD Borges

  
Corombar

278 produtos e foi colocado apenas a concessionária de distribuição, cujo papel não tem muito a  
279 ver com a questão de uso das águas, tem muito mais haver as geradoras e por isso não  
280 deveria constar essa concessionária no RI, mas aquela com maior responsabilidade no uso  
281 das águas. Outro ponto levantado pelo Sr. Gilmar (SIC) foi a questão da votação prevista  
282 no Art. 15 do RI que informa que as manifestações deve ser positiva, negativa e abstenções.  
283 E diz ainda que em outros Conselhos que participa as votações são feitas como aconteceu  
284 aqui hoje, aqueles que concordam permaneçam como estão e aqueles que discordam  
285 levantem a mão. Então pergunta qual será o procedimento a ser adotado por esse conselho,  
286 já que o RI prevê diferente do que está sendo aplicado. Belizário explica que quanto a  
287 representação o que acontece são por setor de usuários e que não importa quantos surjam,  
288 pois como acontece com as ONGs e Comunidade Científica, faz-se uma reunião com todos  
289 os interessados e estes decidem quem deverá compor o CERH. E quanto à votação explica  
290 que a manifestação será registrada caso alguém seja contrário, mas que tem procedido  
291 assim devido as votações serem por unanimidade. Gilmar (SIC) diz que existe uma  
292 diferença entre manifestar e permanecer como está, pois deveria ser registrado as  
293 instituições que foram favoráveis, as contrárias e abstenções e diz ainda que esse modelo  
294 utilizado hoje acelera as reuniões, mas que deve ser adotado o que está no RI. Henrique  
295 (Naturatins) pergunta como fica na ausência do Presidente ou Vice Presidente? Claudia  
296 (Naturatins) explica que o Presidente do Naturatins substitui o Presidente, mas que não tem  
297 papel de vice-presidente. Belizário diz que o plenário é soberano. Claudia (Naturatins) diz  
298 que isso não está previsto no RI. Belizário diz que o ideal é que os dois estejam presentes.  
299 O Presidente faz a contagem do quórum e informa que a reunião deverá ser suspensa, pois  
300 não temos o suficiente para votar o Regimento Interno e solicita a manifestação dos  
301 presentes. O conselheiro Bruno Machado (Ministério Público Estadual) solicita a palavra e  
302 informa se o RI for aprovado e alguém questionar a votação? E sugere suspender, mesmo  
303 sabendo que isso atrasará o processo, mas que é o mais prudente. Sugere ainda que o RI  
304 seja a primeira pauta da próxima reunião para não haver o esvaziamento da plenária. O  
305 Presidente declara suspensa a reunião devido à falta de quórum. Assim sendo, eu, Belizário  
306 Franco Neto, Secretário Executivo do CERH, lavrei a presente ATA, que uma vez aprovada  
307 pelo plenário do CERH, será assinada por mim, pelo Presidente do Conselho e demais  
308 conselheiros.

309  
310  
311  
312  
313 **Clemente Barros Neto**  
314 Presidente

**Belizário Franco Neto**  
Secretário-Executivo

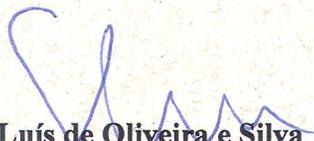
315  
316  
317  
318 **Corombert Leão de Oliveira**  
319 SEAGRO

**José de Ribamar Rocha Costa**  
SEFAZ

320  
321  
322  
323 **Paulo Henrique Cattini**  
324 SEINF

**Rodrigo Sabino Teixeira Borges**  
SEPLAN

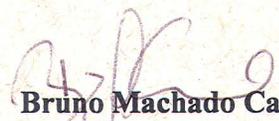
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372

  
**Sérgio Luís de Oliveira e Silva**  
SESAU

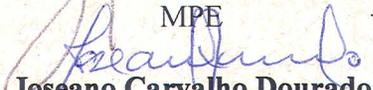
**Marcus Roberto Ferreira Couto**  
SESAU

**Frederico Cezar Abinader Dutra**  
PGE

**Alan Moraes de Paula**  
ADTUR

  
**Bruno Machado Carneiro**  
MPE

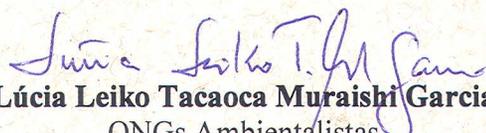
**Marcos Antonio Oster**  
MPE

  
**Joseano Carvalho Dourado**  
Comunidade Científica

  
**Raimundo Nonato da Silva Machado**  
SANEATINS

**Tarlis Junqueira Caleman**  
AHITAR

**Flávia Oliveira dos Santos**  
AHITAR

  
**Lúcia Leiko Tacaoca Muraishi Garcia**  
ONGs Ambientalistas

**Henrique Pereira de Oliveira**  
Representante do Naturatins

**Vilmar Carneiro Wanderley**  
Representante da Secretaria de Indústria e  
Comércio

  
**Ana Lúcia de Freitas Rezende**  
Secretaria da Ciência e Tecnologia

**Instituições Ausentes:**

1. Associação Tocantinense de Municípios - ATM
2. Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
3. Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa
4. Concessionária de Fornecimento de Energia Elétrica do Tocantins – CELTINS
5. Federação da Agricultura do Tocantins – FAET
6. Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins – FETAET
7. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO
8. Organizações Civas de Recursos Hídricos – CI LAGO
9. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins – CREA